

FUNDAÇÕES SEM FUNDAMENTOS E SEM FUNDOS... OU AS RAZÕES PORQUE SOU CONTRA AS FUNDAÇÕES...

Para que fique claro desde já, refiro-me, obviamente, às “**Fundações públicas de direito privado**”, uma “*figura de estilo*” introduzida pelo RJIES, e que pode constituir (e já constitui para 3) o regime legal das Universidades em Portugal. **E EU SOU CONTRA.**

(I)

Mas para que fiquem claras as razões que me fazem ser contra estas Fundações, vou começar por explicitar algumas razões que não são essas que me fazem ser contra:

1.

Não sou contra as Fundações em geral: aliás as Fundações (tal como as Associações Mútuas, e

mais tarde as Cooperativas) fazem parte do espólio da esquerda (e sobretudo do sindicalismo) enquanto forma de organização e funcionamento colectivo, para defender e fazer prosperar bens e interesses comuns, sobretudo em sociedades democráticas, mas em que nem a esquerda nem o movimento sindical eram propriamente acarinhados;

2.

Não sou contra as “Fundações públicas de direito privado” porque elas sejam “supostamente privadas”, porque isso é falso, e as 3 que já estão constituídas e as que estão em (eventual) formação mantêm a característica de serem integralmente públicas; não se pode assim simplisticamente confundir a contestação à transformação das Universidades em Fundações com a defesa da Universidade Pública.



M. PEREIRA
DOS SANTOS

3.

Não sou contra um Conselho de Curadores, que existe em todas as Fundações (mesmo nas privadas), pois este tem sobretudo funções para impedir que a Fundação se afaste da missão principal que determinou a sua criação, como consta das regras que regem as Fundações (todas, não só estas em particular);

4.

Não considero uma “ingerência” ou “governamentalização” o facto do Governo nomear os curadores (embora conheça soluções que preferiria de nomeação mista), pois o Estado continua a ser o principal financiador daquelas Fundações;

5.

Não sou contra porque o Conselho de Curadores vá passar a gerir a Universidade, passando por cima das decisões do Reitor e do Conselho Geral, pois aqueles constituem sobretudo uma Administração, e nas empresas as administrações não têm qualquer vocação a substituir-se às Direcções enquanto elementos executivos que tomam as decisões de gestão do dia-a-dia;

6.

Também não é porque as Fundações possam criar uma “carreira docente privada paralela” (a que me oponho), mas porque é falso que isso constitua uma diferença para as restantes Universidades (não-fundacionais), pois todas podem, por verbas próprias, fazer isso (o que é mau!)... e o que as Fundações terão é mais verbas próprias que as restantes Universidades, pois essa foi uma das condições para poderem optar por esse regime;

7.

Finalmente, ao invés de posições conservadoras frequentes, não é porque eu prefira sempre manter tudo na mesma, e defenda permanentemente o “status quo”, considerando que todas as mudanças são para pior, mesmo quando fico a defender aquilo que combati quando surgiu.

(II)

Vou então referir quais são as minhas verdadeiras razões para me opor a que as Universidades se transformem em Fundações. E aqui quero referir que o debate é, para mim, sobretudo **político, de ideias e não de “medos”** (embora se deva estar atento a cenários possíveis de evoluções “inconfessáveis” e degradantes para o sector, mas que não constituem o panorama actual... pelo menos para já!).

1.

O princípio em si de que uma instituição, mesmo (ou sobretudo) se pública, passa a ser bem gerida se utilizar as regras da gestão empresarial e privada, levanta-me logo 2 objecções:

- Se essas regras são melhores para o funcionamento das instituições, por que razão não se aplicam a todas elas, independentemente de serem Fundações ou não?
- A gestão à frente do BPN e do BPP era privada, ou não?

2.

O princípio de que as Fundações podem gozar de maior autonomia, sobretudo financeira e patrimonial, levanta-me outras 2 dúvidas:

- Se essa autonomia é melhor para o funcionamento das instituições, por que razão não se aplica a todas elas, independentemente de serem Fundações ou não?
- Se a autonomia das Universidades portuguesas está inscrita na própria Constituição (art.º 76, n.º 2), para que serve a autonomia “a mais” concedida às Fundações?

3.

O princípio de que, dada a diversidade das instituições, “*o financiamento do ensino deva ser feito com base em contratos negociados com cada uma das instituições*”, em vez de ser calculado numa fórmula única, que supostamente leva à criação das tais Fundações; coloca-me duas questões: ▶



- Se esse princípio é melhor para o funcionamento das instituições, por que razão não se aplica a todas elas, independentemente de serem Fundações ou não?
- Porquê a mudança de regime, se o mesmo Governo que fez a lei foi capaz de negociar contratos – os de confiança, por exemplo – com as Universidades não fundacionais?

4.

O princípio muitas vezes referido (e a que adiro integralmente, enquanto cidadão e académico) da “*accountability*” – cuja tradução mais próxima seria algo como “*prestação de contas + transparência*” – que deve impregnar todas as Universidades (bem como todas as instituições que prestam um serviço público!) é um objectivo positivo. Por isso sou a favor da contratualização das relações entre o estado - a tutela, portanto – e as Universidades. Restam-me 2 problemas (múltiplos):

- Se esse princípio de transparência favorece o melhor funcionamento das instituições, por que razão não se aplica a todas elas, independentemente de serem Fundações ou não?
- Como se coaduna o facto de serem ainda hoje totalmente “*secretos*” os contratos estabelecidos entre o Ministério e as Universidades que se tornaram Fundações, com o desejado objectivo de “*accountability*”? Que há a esconder? Os contratos foram cumpridos? Sê-lo-ão alguma vez, em tempos de crise?

5.

Não concordo com o princípio de que “*a liderança das instituições, seja genericamente considerada fraca, devido ao método de eleição do Reitor e da forte colegialidade na tomada de decisões*”, não vejo nenhuma contradição entre colegialidade e liderança (mesmo forte) ou democracia, e mais uma vez tenho 2 dificuldades para entender:

- Mas se esse princípio de liderança forte fosse melhor para o funcionamento das instituições, por que razão não se aplica a todas elas, independentemente de serem Fundações ou não?

- Creio também que conheço algumas “*lideranças fortes*” (até obtidas por via eleitoral, como Hitler, ou por golpe de estado, como Salazar e Franco... mas seria fácil alongar a lista!) que não acho especialmente “*recomendáveis*” como solução (pois “*custaram*” mais de uma dezena de milhões de vítimas, e algumas meio século para nos livrarmos delas!); não será outro o problema da (falta de) liderança?

6.

Uma “*Fundação-sem-fundos*” (um produto genuinamente português!) não será um tanto como uma cesta sem fundo? Nem levará a um “*beija-mão*” ministerial (perdão, um contrato) em cada período de financiamento? Onde fica a “*autonomia financeira*”... dependente da boa vontade da tutela?

(III)

Vou ainda fazer “**2 pequenos alertas**”:

1.

Isto da Constituição impedir a subida das propinas acima da inflação, e dos alunos só pagarem 15% do seu custo de formação anual é um absurdo nos dias que correm! E têm de contribuir para a austeridade nacional e para pagar os custos do BPN também. Então, vamos a isso?

2.

Quando os alunos puderem pagar 40 a 50% do seu custo de formação, isto das Universidades (quer Fundações ou não... mas mais fácil com estas últimas!) fica um “*negócio apetecível*” para se poder “*valorizar*” (no sentido “*bolsista*”, não no bíblico) o conhecimento... Por quê “*privarmo-nos de Fundações Privadas de Direito Privado*”?

(IV)

Por fim, quero confessar aqui ainda **as minhas “*preferenciazinhas ideológicas*”** (se assim se lhes pode chamar, e não incomodar muito que eu persista em mantê-las), apresentadas em crescendo de relevância:

1.

Sou totalmente contra que se coloquem exclusivamente “gestores” (uma classe “pura” e sem atavismos académicos!), que sejam “profissionais” (o que os universitários parece não serem nessas funções) e de preferência “privados” (triplamente “puros”!) para gerirem instituições não empresariais nos domínios da educação, ciência e cultura... e, portanto, as Universidades. Parece que, pela ausência dos tais gestores, estas tais “caquéticas instituições” (ou universidades) têm tido dificuldade em manter-se ao longo dos anos – dificuldades essas que, para algumas, se arrastam há várias centenas de anos, imaginem! – pois apenas têm sido dirigidas por académicos, docentes e investigadores, que nada sabem do que deve ser exigido a uma destas instituições!!! As Universidades de hoje têm todas certamente professores de gestão em excelente posição para colaborarem nas tarefas de gestão... sem ignorarem as “peculiaridades” da missão da Universidade, em termos de responsabilidade social, e funções de ensino e investigação. De facto, considero que o FMI não faria melhor... do que os professores que as criaram e fizeram crescer ao longo do último milénio!

2.

Uma Universidade sempre foi (e é... ou deve ser) um lugar de produção e transmissão de conhecimento. Esta actividade só se desenvolve em “meio próprio” (ou seja, uma “cultura” de questionamento, dúvida sistemática, pensamento livre, cooperação entre iguais (em dignidade) – isto tudo é o que hoje se costuma apelidar de **LIBERDADE ACADÉMICA** – e muito muito estudo, dos professores/investigadores e dos alunos! [Também reconheço que nalgumas se privilegia mais a “mediocridade”, o “faz-de-conta”, a intriga palaciana, o nepotismo, o “mandarinato académico”, em resumo, o que se pode chamar **delinquência académica**, todo um conjunto de valores muito pouco de acordo com a imagem anterior: todos conhecemos situações destas, de instituições que delapidam o nome de Universidade. Estas, de facto, mesmo por vezes sendo públicas, parecem empresas ao serviço de interesses bem particulares e/ou pri-

vados, dos seus membros ou de outros... e talvez lhes conviesse a tal gestão empresarial!]

3.

A Ciência (e o conhecimento) não tem nacionalidade, cor, género, status social, preferência sexual, política ou religiosa... mas nem todos assim pensam! Pertence a todos, todos podem contribuir, e deve ser partilhada por todos, e estar ao serviço do bem-estar de todos (mesmo dos que não pensam assim!). Uma “gestão privada”, baseada numa “liderança forte” - (quase) não respondendo a ninguém pelas suas decisões – será capaz de me garantir a **IGUALDADE DE OPORTUNIDADES** (inscrita no art.º 76 da nossa Constituição) entre todas as categorias de “minoritários” (ou “diferentes”, ou “estranhos”) referidas acima? **Pois eu, português, branco, homem, pequeno-burguês, heterossexual, esquerdista e ateu...** (praticamente com todos os atributos preferenciais, excepto nos parâmetros de avaliação “religião” e “política”)... **permito-me descreer e duvidar!** E como eu muitos...

Nota do autor:

- Este texto foi escrito (e publicado num blogue) há 6 anos, quando o autor era dirigente sindical do ensino superior, cargo que já não exerce.
- O texto, estranhamente (ou talvez não!) mantém toda a sua atualidade... pois esta realidade praticamente não foi alterada nos quatro anos e meio de governação da troika... e os problemas mantiveram-se os mesmos... ou pioraram...
- Há pequenos detalhes “históricos”: já não são 3, mas 5 as Universidades-fundação; quanto a gestões privadas “exemplares”, a lista alongou-se (BES, BANIF, PT) e algumas coisas se souberam pelos “Panama leaks”...
- Em resumo: a luta mantém-se a mesma, tal como os princípios, mas acredito que as circunstâncias políticas e a participação dos atores fundamentais (académicos, estudantes, funcionários, sindicatos) será agora certamente mais ativa e relevante. •